

OS CORRESPONDENTES DE GUERRA E A COBERTURA JORNALÍSTICA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

THE WAR CORRESPONDENTS AND JOURNALISTIC COVERAGE OF SECOND WORLD WAR

LEONARDO GUEDES HENN¹

Recebido em: 31/07/2012

Aprovado em: 11/06/2013

RESUMO

Este texto aborda o papel desempenhado pela imprensa na Segunda Guerra Mundial, especialmente em relação às condições de trabalho e aos interesses político-militares e ideológicos desse período, fatores que, de alguma forma, influenciaram no teor das informações transmitidas pelos correspondentes. A proposta global é a de ressaltar a importância da imprensa como arma ideológica neste acontecimento, construindo a imagem do inimigo com vistas a angariar a adesão da opinião pública em torno de uma campanha de apoio ao esforço de guerra.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Correspondentes de guerra.

ABSTRACT

This paper addresses the role played by the press in World War II, especially on working conditions and the interests, political, military and ideological, directly linked to the war effort, and that somehow influenced the content of information transmitted by the correspondents. The overall proposal is to emphasize the importance of press as an ideological weapon in this event, building the image of the enemy in order to raise the membership of public opinion around a campaign to support the war effort.

Keywords: Second World War; War correspondents.

Éramos todos parte do esforço de guerra.

John Steinbeck, correspondente nesta guerra.

1 Introdução

Uma característica fundamental da Segunda Guerra Mundial refere-se à existência de outra guerra, paralela à bélica, para a qual foi dada uma grande importância por parte dos governos dos países beligerantes. A luta pela dominação das consciências da população atingiu tamanha proporção que tornou a guerra propagandística um ponto central do conflito. A propaganda estava inserida em todos os veículos de comunicação, não havendo nenhum órgão de imprensa que escapasse dessa realidade. Desde a veiculação de notícias até os anúncios publicitários, tudo fazia parte da propaganda estratégica de guerra. Anteriormente, na Primeira

Guerra, já tinham sido usadas técnicas propagandísticas, mas, desta vez, em consequência da evolução tecnológica dos meios de comunicação, essas técnicas apresentavam um enorme grau de sofisticação. Enquanto, no conflito anterior, a propaganda e a censura eram geralmente responsabilidades do mesmo departamento, agora, existiam pessoas com a função específica de realizar a propaganda.

2 Ódio étnico

Antes de falar da propaganda de guerra norte-americana, faz-se importante considerar uma questão central na sua produção. A luta entre os Estados Unidos e o Japão foi passada por um

¹ ?????????????????????

componente geralmente ignorado pela historiografia oficial: o preconceito étnico. A sociedade norte-americana tinha como característica o preconceito contra quem não pertencesse ao grupo *White, Anglo-Saxon, Protestant* (essa adjetivação foi popularizada sob a sigla *WASP*), principalmente contra latino-americanos, orientais e negros. Tal fator, somado ao intensivo trabalho de desumanização do inimigo oriental, elaborado pelos responsáveis pela propaganda de guerra e pela imprensa, fez com que a sociedade visse no ódio aos japoneses o motivo principal da guerra. Esse tipo de análise pode ser encontrada em Paul Fussel. Para ele, embora a historiografia e as produções de ficção do pós-guerra atribuam como motivação principal da sociedade norte-americana para a guerra a defesa do mundo livre contra as atrocidades do nazismo, isso não corresponde à realidade. Não obstante, a expressiva participação judaica na população, bem como a defesa contra a perseguição e o massacre dos judeus, não motivava a população nem os governantes. Com efeito, a declaração de guerra foi feita, inicialmente, de forma exclusiva ao Japão. Foi somente após a Alemanha, em solidariedade ao Japão, declarar guerra aos Estados Unidos, que este respondeu da mesma forma. Para o povo, o que importava era a afronta do covarde ataque de um povo considerado inferior. Os japoneses eram retratados pela imprensa como animais ou subumanos. Por isso, nos combates contra eles, no Pacífico, era prática, entre os soldados norte-americanos, a coleção de partes do corpo do inimigo como troféu de guerra (FUSSEL, 1989, p. 129-143). Os meios de comunicação foram os principais responsáveis para que esta situação ocorresse, porque, com o objetivo de motivar a população para a guerra, foram utilizados vários artifícios comunicativos para provocar o ódio ao inimigo. Embora o adversário alemão também tivesse sua imagem negativamente construída, o que predominava

na imprensa era a demonização dos japoneses, que eram apresentados, como já foi dito, nas revistas, nos jornais, na rádio e nos filmes como subumanos. Analisando-se a revista *Seleções do Reader's Digest*, por exemplo, versão brasileira da homônima norte-americana, que surgiu no país em 1942 dentro do contexto da política da boa vizinhança e de penetração cultural norte-americana, percebe-se a expressiva vantagem numérica das matérias que construíam a imagem dos japoneses em comparação aos alemães. Essa revista, além de conter reportagens exclusivas, usava, frequentemente, o expediente de publicar, seja resumidamente ou de forma integral, textos selecionados dos principais jornais e revistas dos Estados Unidos. Ela teve sua inserção na América Latina auxiliada pelo governo de Roosevelt, que objetivava, com isso, propagar pelo continente a cultura do seu país, de forma que fosse garantida a dependência dos demais países em torno do modo de vida norte-americano. Especificamente no Brasil, o sucesso dessa estratégia parece ter sido total, pois, já em meados de 1942, cerca de seis meses após ter sido iniciada a publicação da revista no país, a sua tiragem já atingia a marca de cento e cinquenta mil exemplares. Nas edições do período da guerra, geralmente se encontram um ou mais textos sobre os japoneses em cada número, enquanto os textos que se referiam aos alemães nem sempre estavam presentes. Por trás desses escritos, estava a tentativa de caracterizar a ideia do povo japonês como inferior ao norte-americano, justificando, desse modo, o seu extermínio. Convém mencionar mais detalhadamente dois artigos que bem exemplificam o processo. No texto "Boxe contra *jiujitsu* em luta de morte", publicado no Brasil, na edição de abril de 1943, o ex-chanceler da Embaixada dos Estados Unidos no Japão, John E. Tynan, narra uma inverossímil luta entre um oficial norte-americano e um campeão de artes marciais japonesas,

ocorrida em 1923, no Japão. O estilo literário utilizado é o da fábula, transmitindo uma mensagem que prenunciava a vitória norte-americana na guerra, sob a argumentação de que se tratava do confronto entre duas culturas díspares, em que uma era muito superior à outra. Vários artifícios são utilizados para demonstrar a superioridade da cultura norte-americana sobre a japonesa. O boxe, criação norte-americana, é caracterizado como um verdadeiro esporte de cavalheiros, enquanto que o *jiujitsu* é tido como “nenhum esporte: é a arte de aleijar”. Em certo momento da luta, ao prever a estratégia do adversário, o pensamento do lutador norte-americano desvenda a intenção do autor: construir uma imagem de inferioridade mental do inimigo. Diz ele: “- Japonês tenta sempre o que deu resultado na primeira vez [...]”. O caráter racista do confronto também está nitidamente presente na construção do texto. Quando o protagonista se encontra em um momento difícil da luta, o autor assim o descreve: “Prostrado por terra o americano, estava-o também o prestígio do homem branco naquele recanto do mundo” (Seleções do Reader’s Digest, tomo III, n. 15, p. 23-28, abr. 1943). Como se vê, o ponto central em que está estruturado o texto é o confronto de culturas, uma branca ocidental – a superior – e outra não branca oriental – a inferior. Já no artigo “Glória pelo *hara-kiri*”, adaptado de *Close-Up of the Jap Fighting Man*, o tenente-coronel Warren J. Clear descreve o ritual japonês do suicídio honroso. Relata ele que, durante a guerra, por várias vezes, os japoneses preferiram suicidar-se a entregar-se. Em seguida, faz comentários sobre o *hara-kiri*, tradição milenar do país, que, segundo ele, ainda era praticado. Narra, também, uma suposta conversa que teve em ocasião anterior com um oficial japonês, general Ogawa, cujo pai praticara o ritual na sua presença. No texto, encontra-se explícita a mensagem de que o inimigo é bárbaro e bestial e, por isso, não deve ser

subestimado e tampouco merecer piedade. No último parágrafo do artigo, ele resume, em tom de advertência, o seu argumento central: “Para a mentalidade lógica de um ocidental era aquilo incompreensível; mas na própria estranheza do fato residia talvez a medida da força tremenda de uma nação que se tem mostrado até hoje um insondável enigma” (Seleções do Reader’s Digest, tomo IV, n. 22, p. 29-30, nov. 1943). Desse modo, vê-se que, subliminarmente, é defendida a ideia de que a dificuldade em se compreender essa cultura estranha justificava uma ação enérgica e eficaz durante os combates. Em outro texto, fica nítida a percepção norte-americana de que o restante dos povos existe para os servir. Ao descrever uma tribo nativa das Ilhas Salomão, no Pacífico, a qual travou contato com os soldados dos Estados Unidos durante a guerra, o correspondente do jornal *Times* de Nova Iorque, Ira Wolfert, na reportagem “Nem tudo é guerra nas Salomão”, descreve: “Os soldados que se encontram no Sul do Pacífico são colecionadores infatigáveis de toda a espécie de lembranças. Alguns deles, como tive ocasião de observar, estão até procurando descobrir algum meio de trazer consigo um ou dois índios quando regressarem aos Estados Unidos. Estes seriam decerto ótimos criados[...]” (Seleções do Reader’s Digest, tomo VI, n. 31, p. 25-27, ago. 1944). Não obstante essa tribo ter colaborado com as tropas norte-americanas durante os combates contra os japoneses, é notória a percepção do autor do texto de que a sua existência só é justificada na medida em que está disponível para lhes serem útil. A forma como, historicamente, estruturou-se a sociedade norte-americana dava margem a várias discriminações, trazendo consigo o preconceito étnico. Dentro do país, decorridos cerca de 80 anos após a abolição da escravatura, os negros ainda viviam segregados. Em muitos estados do sul, a discriminação contava, até mesmo, com o respaldo da

lei. Os negros não frequentavam as mesmas escolas que os brancos, não podiam entrar em muitos estabelecimentos comerciais e, nos ônibus, deveriam ocupar os assentos destinados especialmente para eles na parte traseira. Linchamentos e condenações de pessoas negras inocentes eram práticas comuns. A *Ku Klux Klan*, organização racista anônima, apesar de legalmente não ser permitida, na prática, agia impunemente, perseguindo e massacrando pessoas negras. Também as Forças Armadas refletiam também a hierarquização étnica da sociedade. Os soldados negros combatiam em unidades segregadas, comandadas exclusivamente por oficiais brancos. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) teve contato com uma dessas divisões, a 92 Divisão de Infantaria. Segundo Ricardo Bonalume Neto:

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi a única grande unidade a combater na Segunda Guerra Mundial da qual se pode dizer que não era racialmente segregada. O contraste estava logo ali ao lado, na mesma frente de combate, o norte da Itália - a 92 Divisão de Infantaria americana era formada por soldados negros, mas tinha oficiais brancos. A divisão era chamada "Divisão Búfalo", porque era o apelido dos soldados negros, dado por índios americanos no século 19, para quem pele escura e cabelo crespo lembravam o búfalo (Negros e mulatos eram 30% na FEB. Folha de S. Paulo, 14 mar. 1999).

3 O engajamento dos cineastas

A produção cinematográfica de Hollywood também contribuía para a propaganda de guerra e, conseqüentemente, para a desumanização do inimigo. No filme "Diário de Guadalcanal", por exemplo, que trata sobre a Guerra no Pacífico, os japoneses são explicitamente denominados pelos soldados norte-americanos de macacos. Essa comparação não era fortuita, ela era corrente entre a

população dos Estados Unidos na época. Outra característica interessante desse filme reside no fato de que retrata uma atmosfera de guerra totalmente irreal, uma vez que, nele, os soldados estão sempre bem-humorados, brincalhões, limpos e bem barbeados. Com o objetivo de angariar o apoio da população de origem latina no país e de representar a suposta democracia étnica norte-americana, um dos coadjuvantes é retratado como pertencente ao grupo latino. Por outro lado, não se vê nenhum soldado afro-americano na tropa. Pode-se dizer que a indústria cinematográfica norte-americana estava quase totalmente voltada para a propaganda de guerra, já que a grande maioria dos filmes tinha o conflito como tema central, ou como o assunto de fundo, e representava os combates de forma asséptica e irreal. O objetivo era criar uma atmosfera de engajamento e de otimismo na opinião pública em relação à guerra. São deste período os filmes "Casablanca", "Sargento York", "Forja de Heróis" e outros que, hoje, dificilmente são lembrados, porque perderam totalmente a força após a guerra, tendo em vista o fato de serem produções com exclusivas pretensões propagandísticas, desprovidas de qualquer valor artístico. Nesse mesmo contexto, para explicar a aliança com a União Soviética, foram produzidos filmes retratando o heroísmo do povo russo quanto à resistência ao nazismo, porque o ambiente que os governantes e a imprensa haviam criado até então era de animosidade contra a URSS. Alguns desses filmes chegaram a ser exibidos no Brasil durante a guerra, como "O Menino de Stalingrado" e "A Estrela do Norte", embora não recebessem o mesmo espaço publicitário que as principais produções da época. A estratégia adotada pelos meios de comunicação para alterar a imagem construída e, ao mesmo tempo, manter o repúdio ao comunismo era a de retratar a resistência e o posterior avanço russo como obras do heroísmo de sua gente e não como méritos do seu regime político. Além disso,

enfaticava-se que o comunismo podia se adequar ao espírito do povo russo, mas era incompatível com o modo de vida e de pensar dos norte-americanos. De outra parte, não eram somente filmes da produção ficcional que contribuíam para o esforço de guerra, mas também documentários cinematográficos, produzidos por órgãos do governo, tanto nos Estados Unidos como na Alemanha. Nos Estados Unidos, o famoso diretor de cinema Frank Capra, de “A Felicidade Não Se Compra”, produziu uma série de filmes para o Departamento Militar, explicando, primeiramente, quando o país ainda não havia feito a declaração de guerra, as razões pelas quais o povo deveria esperá-la e, posteriormente, quando já havia ocorrido o engajamento, quais os procedimentos que deveriam ser tomados. Dentro dessa série, em um documentário produzido em 1939 e intitulado “Prelúdio de Uma Guerra”, o cineasta expõe os motivos pelos quais os Estados Unidos deveriam estar preparados para guerrear a despeito da índole pacífica de seu povo. O documentário notoriamente, tem a função de tentar reverter a opinião pública, até então majoritariamente contrária ao envolvimento do país no conflito, para uma posição favorável ao engajamento. Os grandes estúdios de cinema de Hollywood também produziram documentários para as Forças Armadas. John Ford, diretor de “No Tempo das Diligências”, efetuou filmagens de combates no Oceano Pacífico, sendo ferido levemente na ocasião. Esses filmes tinham dois tipos de destino: eram usados para o treinamento das tropas ou exibidos para o público do país, como forma de propaganda. Até mesmo desenhos animados foram produzidos nesta conjuntura com os mesmos objetivos. Os filmes voltados ao treinamento das tropas eram utilizados, principalmente, para uma melhor visualização dos equipamentos bélicos em funcionamento. Em 1943, um artigo da revista *Seleções do Reader's Digest* informava: “Os artistas de Walt Disney, fazendo desenhos animados de diagra-

mas ou de peças de máquinas, revelam minúcias que não poderiam ser obtidas por meio da fotografia” (FURMAN Jr., Robert T. A arma deles é o celulóide. *Seleções do Reader's Digest*, tomo III, n. 16, p. 14-16, maio 1943). Na Alemanha, a também renomada cineasta Leni Riefenstahl realizou documentários de propaganda para o governo, como “O Triunfo da Vontade”. Neste, usando como argumento a cobertura do Congresso Nacional-Socialista de 1934, ela propagandeia o reerguimento do país através do nazismo. Esse documentário é considerado, atualmente, como um clássico do cinema mundial. Segundo os especialistas no assunto, ele foi brilhantemente produzido e dirigido, utilizando com maestria a impressionante aclamação popular que o nazismo recebeu na cidade de Nuremberg para fazer a apologia do regime. A catarse popular é usada como argumentação de apoio às metas governamentais de expansionismo e eliminação de povos inferiores como os judeus. No entanto, a influência ideológica desses filmes se restringia ao povo alemão. Ao contrário do cinema norte-americano, o campo de ação do cinema da Alemanha era limitado exclusivamente ao seu território. A produção cinematográfica que dominava a maioria dos países do mundo provinha dos Estados Unidos, assim como ocorria com os meios de comunicação em geral. As tentativas alemãs de difundir sua agência de notícias, a *Transocean*, se chegou a ter um sucesso limitado e temporário, como no Brasil até 1941, posteriormente, foi inviabilizada pelas restrições ocasionadas com a expansão da guerra.

4 A cobertura jornalística inserida no esforço de guerra

No que tange à cobertura jornalística, a Segunda Guerra caracterizou-se por marcar a consolidação do rádio como principal meio de comunicação popular mundial. Com exceção de esporádicos filmes com caráter documen-

tal exibidos nos cinemas, as pessoas não tinham acesso a imagens reais dos combates. A televisão só iria se difundir após o término da guerra. Sendo assim, somente o rádio poderia transmitir ao vivo das zonas de combate. Era a partir da narração do locutor que o público ouvinte construía a sua imagem das batalhas, o que fez com que o rádio cumprisse um papel fundamental no sistema de propaganda elaborado pelos aliados. Os locutores estavam cientes do papel que lhes cabia: incrementar o interesse da população pela guerra, levando a que a torcida pela vitória dos seus compatriotas contagiasse o maior número de pessoas. Por isso, procuravam fazer as transmissões de forma dinâmica e emotiva. Os correspondentes da BBC, por exemplo, relatavam os bombardeios sobre a Grã-Bretanha de modo similar a como eram narrados os eventos esportivos. A BBC era a maior emissora radiofônica do mundo. Como o rádio era, na época, o mais importante meio de comunicação de massas, pode-se dizer que essa estação de rádio foi a principal formadora da opinião pública mundial. Com efeito, até mesmo no Brasil, o seu sinal era captado, seja por ondas curtas, ou, o mais comum, por retransmissões de várias emissoras locais faziam de seus programas. Quando a FEB foi para a Itália, designou um correspondente específico, Francis Hallawell, para fazer a cobertura das tropas brasileiras. O repórter publicou um livro logo após a guerra com uma coletânea de reportagens de sua autoria e de correspondentes de outros veículos de comunicação que tiveram seus despachos irradiados na emissora. Nessa obra, na crônica de fechamento, ele informa que, na sede da emissora, em Londres, havia equipes aptas a transmitir o noticiário para o mundo em 47 línguas diferentes (HALLAWELL, 1946, p. 63). Mesmo o apregoado histórico de objetividade e imparcialidade da BBC, de Londres, não resiste à análise de sua atuação na Segunda Guerra. Nesse evento, a emis-

sora também tomou parte no esforço de guerra aliado, fazendo um trabalho nitidamente parcial e propagandístico. A filosofia explícita da BBC era a de contribuir no que fosse possível para a vitória, utilizando-se, para isso, da transmissão ao mundo do ponto de vista britânico sobre o andamento da guerra. O reconhecimento por parte da diretoria da emissora de que fazia propaganda pode ser exemplificado através de dois fatos. Primeiramente, em uma matéria da revista *Seleções do Reader's Digest*, de 1944, condensada da *Saturday Night*, sobre a importância da BBC para a vitória na guerra, o autor, William D. Bayles, expõe que "A propaganda de Londres obedece a um pensamento central, ou tem, politicamente, um objetivo definido: a exposição do ponto de vista inglês. Enquanto a Alemanha e a Rússia Soviética apresentam, muitas vezes, irradiações simuladas, que figuram como partindo de 'estações livres' de país inimigo, Londres faz questão de que se saiba ser a Inglaterra quem fala pela voz da BBC" (Ofensiva relâmpago pelo rádio, tomo VI, n. 30, p. 48-50, jul. 1944). Vê-se que, com objetivo de criticar outros países, o autor revela a real intenção das irradiações da BBC: a propaganda. Para ele, o recriminável não era o fato de difundir-la, mas sim a tentativa de falsificar a propaganda do inimigo. O segundo exemplo refere-se ao fato de o referido livro de Francis Hallawell, editado pela própria BBC, em 1946, apresentar uma capa na qual consta a sede da emissora no chamado *Dia da Vitória*. A menção a esse dia simboliza a forma pela qual esta rádio concebia a sua atuação na guerra: como contribuição fundamental para a causa aliada e, por isso, considerava que a vitória era sua também. Além da propaganda, outro aspecto marcou profundamente o trabalho da imprensa nesta guerra: a censura. Devido ao evoluído estágio de aperfeiçoamento e à popularização do rádio, nos momentos que se prenunciava a difusão da guerra, os

comandos das tropas aliadas decidiram que o cuidado com a divulgação de notícias seria redobrado em relação ao que fora durante a Primeira Guerra. Desse modo, foi aperfeiçoado o sistema de censura utilizado no conflito anterior. A sistemática de cerceamento do trabalho dos correspondentes iria seguir, em linhas gerais, os mesmos procedimentos burocráticos. Philip Knightley resume a situação:

Entretanto, sem que os editores de jornais soubessem, os estados-maiores aliados, alarmados com o aperfeiçoamento do rádio de ondas curtas tinham decidido em 1938 que a guerra, até onde lhes coubesse decidir, não seria noticiada, e que o sistema para controlar os correspondentes de guerra seria o mesmo de 1914-18. Haveria uma autoridade conhecida como “Testemunha Ocular”, e um número limitado de correspondentes acompanhados por oficiais de escolta, seria tolerado nos quartéis-generais e teria permissão para enviar despachos cuidadosamente censurados sobre assuntos com pouca probabilidade de afetar o moral na frente doméstica (1978, p. 277).

A Testemunha Ocular era a única pessoa encarregada e com autorização de assistir ao andamento das ações nas zonas em que as autoridades proibissem a entrada dos demais correspondentes e, posteriormente, de divulgar o seu relato aos colegas. Na Segunda Guerra, esta pessoa era um jornalista escolhido pelos responsáveis militares, diferentemente da Primeira, na qual era um militar de carreira. De outra parte, não era somente ele que deveria trabalhar sob o severo controle das autoridades militares. Qualquer um que se interessasse em atuar como correspondente de guerra deveria passar por um complexo ritual de aceitação. Antes de seu credenciamento, estava sujeito a ficar concentrado em um quartel por um prazo estipulado, recebendo instruções e

aprendendo os regulamentos militares, assim como tinha de, obrigatoriamente, assinar um documento comprometendo-se a encaminhar o seu texto a todas as censuras instituídas pelo comando. Depois disso, vestia um uniforme de tropas regulares, com a insígnia de *War Correspondent* bordada em dourado no ombro e um soldado encarregado de ser seu motorista era-lhe designado. Apesar de contar com o posto simbólico de capitão, era credenciado formalmente como “junto às tropas”, ou seja, não era considerado parte das tropas regulares. As autoridades alemãs davam, aparentemente, maior liberdade aos correspondentes neutros, pois não censuravam os seus textos. No entanto, qualquer correspondente que escrevesse algo contrário aos interesses do governo poderia ser expulso ou julgado como espião. Com isso, conseguia-se o total controle sobre os textos produzidos. No que diz respeito ao trabalho dos correspondentes aliados, de forma geral, ele foi totalmente absorvido pelas máquinas de guerra de seus países. Apesar de, em algumas ocasiões, terem ocorrido revoltas individuais contra excessos da censura, manifestações coletivas de protesto foram raras. Os próprios repórteres consideravam-se mais como parte do esforço de guerra do que como responsáveis por um jornalismo objetivo e isento. É interessante expor dois episódios isolados de reclamações coletivas dos correspondentes em relação à censura ou aos procedimentos militares, os quais terminaram sendo ofuscados por suas submissões espontâneas à censura. Primeiramente, no final de 1944, os correspondentes rebelaram-se contra a falta de informações sobre o contra-ataque alemão na frente ocidental. Como foi noticiado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, a partir de um despacho do correspondente da U. P. – J. Edward Murray –,

Numa acalorada discussão que durou 45 minutos, os correspondentes de

guerra acreditados a este Comando, protestaram energicamente ontem à noite contra a rigorosa censura imposta sobre o desenvolvimento da contra-ofensiva lançada pelos alemães na frente ocidental. Os correspondentes expuseram a “triste situação de terem que depender da rádio alemã para informar à imprensa aliada a situação na frente de batalha do 1 Exército Norte-Americano” e que não é justo que se oculte ao povo das Nações Unidas as más notícias”. O Brigadeiro-General Frank Ablen, chefe das relações públicas do Supremo Comando Aliado, disse que a censura havia sido imposta por motivo de segurança e que a medida tinha sido adotada diretamente pelo Q. G. do 1 Exército com a aprovação absoluta do Supremo Comando e pelo Serviço Secreto Militar. Os correspondentes envidaram os maiores esforços por conseguir notícias concretas sobre a verdadeira situação na frente do 1 Exército, porém, foram inúteis todas as tentativas, tendo a reunião terminado com o unânime descontentamento dos correspondentes. Os correspondentes querem saber se a imprensa aliada deve submeter-se às decisões do Serviço Secreto, o qual, segundo tudo evidencia foi surpreendido pela contra-ofensiva alemã. Se isto é ou não verdade, os correspondentes querem saber (Protestam os correspondentes. *Jornal do Commercio*, 21 dez. 1944).

É importante observar que esse protesto ocorreu no final de 1944, ou seja, em um momento no qual a guerra já estava praticamente decidida, pois o Eixo perdia em todas as frentes. Nessa época, a preocupação maior do alto-comando aliado era evitar que os soviéticos chegassem antes em Berlim. Dessa forma, nota-se que o protesto dos correspondentes devia estar ligado à percepção de que não havia mais justificativas para a manutenção da censura, pois não mais se visualizavam possibilidades concretas de derrota e eles já teriam cumprido suas tarefas cívicas. Por

outro lado, apesar desse protesto, não se verificou, até o término oficial da guerra, um arrefecimento significativo da censura nem outro momento de rebeldia coletiva por parte dos correspondentes dos países aliados. Outro episódio de discordância dos correspondentes em relação a algum setor do comando militar aliado ocorreu em virtude do espancamento praticado pelo General George Patton de um soldado que se encontrava internado em um hospital de campanha. O episódio, que se tornou célebre, se, por um lado, demonstrou algum poder de pressão dos correspondentes, por outro, é um exemplo que corrobora o engajamento deles no esforço de guerra. Encontram-se duas versões na bibliografia para o fato. A primeira, defendida por Knightley, diz que, ao visitar um hospital militar na Itália, Patton esbofetou um soldado, pois este era suspeito de estar fingindo doença. Alguns dias depois, ele, em outro hospital militar, chamou de covarde e agrediu outro soldado que alegava estar com problemas nervosos. No entanto, verificou-se que este havia sido obrigado pelo médico a internar-se contra a sua vontade após combater durante toda a campanha tunisiana e a siciliana. Diante do ocorrido, os correspondentes decidiram não noticiar nada, mas exigiram que Eisenhower, Comandante Em Chefe dos Exércitos Aliados, obrigasse Patton a fazer um pedido de desculpas ao último soldado agredido. Eisenhower concordou e ordenou que isso fosse feito aos dois soldados, às testemunhas do fato e às suas divisões. Por causa disso, nada foi publicado nos Estados Unidos sobre o incidente. Somente três meses depois, um colunista de um jornal de Washington, que não era correspondente de guerra, tomou conhecimento do que havia ocorrido e publicou o fato em sua coluna. Em consequência, os correspondentes sentiram-se obrigados a escrever sobre o assunto, mas, de forma geral, defenderam a opinião de que se tratava de um incidente infeliz já resol-

vido (KNIGHTLEY, 1978, p. 405-406). Já a segunda versão, encontrada em Paul Fussel, afirma que os correspondentes exigiram, para não divulgarem o incidente, a substituição de Patton. No entanto Eisenhower decidiu pela manutenção de Patton para futuro uso em outras operações no teatro de guerra europeu. Dessa forma, os jornalistas decidiram noticiar o episódio (1989, p. 156). Embora as duas versões sejam contraditórias, algumas conclusões podem ser inferidas do incidente. Primeiramente, evidencia-se o relativo poder adquirido pelos correspondentes durante a guerra. Diante da notória preocupação do comando militar em negociar a não divulgação do fato, confirma-se o reconhecimento da sua importância para a manutenção de um elevado moral das tropas e da população. Por outro lado, é flagrante o sentimento dos correspondentes de que, naturalmente, deveriam fazer parte do esforço de guerra. Sendo assim, diante do que havia ocorrido, sentiam que deveriam contribuir para a melhora das relações entre oficiais e soldados através da exigência de punição para o general que havia humilhado os dois soldados. O compromisso em bem informar o público não era prioritário. De modo geral, esta foi a característica do trabalho dos correspondentes de guerra aliados. Não teciam críticas às ações executadas pelas tropas de seus países, tampouco noticiavam algo que pudesse ser desabonador para elas nem que tivesse a possibilidade de causar o mínimo abalo na opinião pública. Tinham a preocupação de construir os seus textos assemelhando-os a um folhetim, ou seja, eram otimistas, causando, dessa forma, a identificação do leitor com os seus compatriotas nos campos de batalha. Por isso, o inimigo deveria ser caracterizado como possuidor dos maiores defeitos da humanidade, e o soldado nacional como o seu redentor. Dessa forma, compreende-se o porquê de ser praticamente impossível encontrar menção a qualquer falha das tropas

aliadas na imprensa ocidental contemporaneamente à guerra. Ao contrário, os textos dos correspondentes procuravam justificar os procedimentos adotados pelos comandantes militares. Um bom exemplo é um despacho, enviado do teatro de operações do Pacífico, pelo correspondente da *Reader's Digest*, Frederick C. Painton, em um momento no qual já havia terminado a guerra na Europa. Nesse texto, o autor tenta justificar para a população ocidental a ideia de que as cidades japonesas deveriam ser bombardeadas para que fosse destruída a indústria de guerra deste país. Segundo ele, devido aos resquícios feudais, a produção de material bélico do Japão estava a cargo de toda a sua população civil, sem distinção. Para Painton:

[...] todo e qualquer plano de bombardeio estratégico que tenha como objetivo destruir o potencial de guerra japonês - sobretudo a sua indústria aeronáutica - deve incluir a destruição dessas fábricas de material de guerra a domicílio, que são milhares e milhares. Não se trata, pois, de fazer guerra aos civis: um rápido exame das indústrias manuais japonesas, e das suas origens, nos dirá porque (Porque se devem bombardear as cidades do Japão. Seleções do *Reader's Digest*, tomo VIII, n. 43, p. 13-16, ago. 1945).

Além de justificar os bombardeios já ocorridos, o texto está inserido no clima criado pela imprensa ocidental para legitimar a futura utilização de bombas atômicas em ataques à população civil japonesa. É emblemático o fecho sinistro que o correspondente dá a seu despacho. Diz ele: “Estamos fazendo guerra aos meios de produção do inimigo, entre os quais as indústrias de trabalho manual são das mais essenciais - e os ataques quase diários dos B-29 são apenas uma pálida antecipação do que ainda está para vir. E o inimigo bem sabe que não falharemos!” (p. 16). Através da leitura do texto, pode-se infe-

rir que os correspondentes trabalhavam não somente sob a censura militar, mas também produzindo material sob a sua direção. Sabe-se que, nessa época, já estavam sendo feitos os preparativos finais para o lançamento das bombas atômicas. Desse modo, é possível concluir que, de acordo com a característica do trabalho dos correspondentes durante o conflito, nesse episódio eles foram manobrados pelo alto-comando norte-americano para justificar o futuro bombardeio atômico. Em relação à censura, é interessante citar uma declaração do General Eisenhower feita nos momentos que antecederam a derrota alemã. Ele, apesar de certamente ser um dos principais responsáveis pela elaboração da política de rígido cerceamento à livre imprensa, nesse depoimento, paradoxalmente, define-se como um defensor da liberdade de informação. Destaca-se um trecho de entrevista, concedida por ele ao correspondente Virgil PINKLEY, publicada no *Jornal do Comercio* em abril de 1945:

Deve-se considerar que a censura nega ao soldado combatente a oportunidade imediata de verificar que seus magníficos serviços são reconhecidos e apreciados. O soldado deve ter prazer em ler o que se publica a respeito de sua unidade e de seu comando local. Deve-se encorajar e não dificultar a ação dos correspondentes no sentido de mencionarem por designação numérica e nominal as unidades que se encontram realmente nas linhas de frente, uma vez que, claro é, elas já tenham sido identificadas pelo inimigo [...] Acredita o grande general que os resultados do gozo de inteira liberdade compatível com as condições do tempo de guerra à imprensa somente podem se devotar a ajuda para ganhar a guerra (Prestigia Eisenhower a liberdade de imprensa. *Jornal do Comercio*, 12 abr. 1945).

Analisando-se a entrevista, torna-se perceptível o fato de que, nos momentos finais da guerra, os encarregados pela censura tentavam eximir-se de suas

responsabilidades para com ela. Por outro lado, percebe-se o entendimento de que a liberdade de imprensa em época de guerra não deve ser a mesma dos momentos de paz. Foi nesse contexto que se forjaram as condições para o controle total de notícias veiculadas pelos meios de comunicação ocidentais durante o transcorrer do conflito. De outra parte, a censura não era a única preocupação do comando militar aliado em relação aos correspondentes. Os generais estavam conscientes dos benefícios que sua atuação junto às tropas poderia proporcionar para as suas carreiras. Eram sabedores da abordagem exclusivamente otimista dos despachos, assim como de que uma presença numericamente significativa deles na cobertura de suas frentes garantiria maior destaque de seus nomes na imprensa. Sendo assim, geralmente apreciavam a presença de correspondentes. Os generais aliados que adquiriram maior fama durante a guerra eram conhecidos no meio militar como especialistas em promoção pessoal. MacArthur, Montgomery e Mark Clark, por exemplo, eram reconhecidamente usuários de correspondentes para autopromoção. O primeiro chegava a exigir que as suas fotos fossem feitas exclusivamente dando destaque ao que considerava ser o seu melhor perfil. O segundo estimulou que fosse criado um mito, nos combates na África, que, indiretamente, colocou a alcunha de “raposa do deserto” ao seu adversário, o general alemão Rommel, maior estrategista do exército alemão. O objetivo da sua estratégia era mitificar o inimigo, valorizando, com isso, o comandante responsável pelo seu enfrentamento, ou seja, o próprio Montgomery. Ao último foi atribuída a frase de que a guerra era a continuação da publicidade por outros meios. A inserção dos correspondentes na conjuntura do esforço de guerra transformou-se em algo tão forte durante o conflito que fez com que alguns deles decidissem portar armas, chegando, às vezes, a participar das ações. Ernest

Hemingway, por exemplo, que atuava como correspondente na Segunda Guerra, participou das ações, comandando um grupo de guerrilheiros da resistência na defesa de uma cidade francesa. O correspondente Ira Wolfert, em um de seus textos, também deixa transparecer a sua prática de portar armas. Assim, ao travar contato com um nativo das Ilhas Salomão, no Oceano Pacífico, diz ele: “Larguei o gatilho da espingarda. Nada havia de ameaçador naquele índio; olhava-me em silêncio, com um ar de ansiosa expectativa, como uma criança esperando que outra a convide para brincar” (Nem tudo é guerra nas Salomão. Seleções do Reader’s Digest, tomo VI, n. 31, p. 25-27, ago. 1944). Através de suas palavras, supõe-se que ele tinha como hábito andar com a arma pronta para ser utilizada. Afora a predisposição para transmitir uma visão otimista da guerra aos leitores, os correspondentes aliados contavam com outro fator que também contribuía para a escassa ligação dos seus textos com o real andamento das ações. A censura impedia-os de identificarem as unidades e as suas localizações, objetivando, desse modo, dificultar o planejamento militar do inimigo. Dessa forma, era extremamente difícil a construção de um texto, mesmo que propagandístico, que tivesse como ponto central o desenrolar das ações das tropas durante operações efetivas de combate. Além disso, tendo em vista a falta de possibilidade de terem uma visão mais ampla sobre a guerra, os despachos dos que escreviam dentro desses parâmetros se mostravam pouco informativos e redundantes. Como consequência de tais dificuldades, um número expressivo de correspondentes desistiu do acompanhamento ocular das ações, limitando-se a permanecer nos hotéis, esperando os comunicados oficiais dos serviços de relações públicas das tropas e reproduzindo-os fielmente em seus textos. Outros optaram por artigos que retratavam o estado de espírito dos combatentes, representado

sempre como o melhor possível. Outra característica da guerra iria possibilitar o surgimento de um correspondente que se tornou um dos mais famosos entre as tropas dos Estados Unidos. No contexto mundial de meados do século XX, com a evolução tecnológica dos equipamentos bélicos e a expansão populacional nos centros urbanos, a guerra em grande escala caracterizava-se por reduzir os seus protagonistas, os soldados e os oficiais subalternos ao profundo anonimato. A menos que se tratasse de um oficial de alta patente, provido dos recursos de propaganda pessoal, a guerra não nominava os seus personagens. E, ainda, os soldados comuns, ao tomarem contato com as notícias veiculadas na imprensa sobre o andamento dos combates, não viam a si mesmos nem a guerra da qual participavam representados nos assépticos relatos dos correspondentes. Por isso, Ernie Pyle, com seu estilo muito peculiar, fez escola entre os correspondentes tanto norte-americanos como de outros países aliados. Ao contrário de grande parte de seus colegas, estratégias e técnicas militares não estavam entre os assuntos de sua especialidade. Tendo isso em vista, adotou o método de escrever crônicas sobre o cotidiano do soldado comum, descrevendo o seu dia a dia e as situações pitorescas da sua rotina. Desse modo, conversava com os combatentes, anotava os nomes da cada um, as suas cidades, as suas ruas e alguma mensagem que desejassem enviar para casa. Essas informações eram incluídas nos seus despachos. Em consequência disso, apesar da falta de uma maior qualidade literária de seu texto, Pyle adquiriu popularidade marcante entre os soldados e os seus familiares nos Estados Unidos. Os seus artigos eram ansiosamente aguardados pela população na esperança de ver citados os nomes de filhos, maridos, amigos ou parentes. Entre a tropa, ele era conhecido como “o amigo dos soldados”. Os comandantes também apreciavam a presença dele entre as suas unidades,

porque, invariavelmente, isso melhorava o humor dos militares. Por outro lado, ele não estava imune ao espírito de esforço de guerra no qual se inseriam os demais correspondentes. Ao contrário, as suas crônicas elevavam à categoria de heróis os soldados comuns, que, não fosse por sua obra, estariam fadados à obscuridade. Com isso, a elevação do moral das tropas e da população era significativamente mais acentuada em seus textos do que nos de qualquer outro correspondente. A título de exemplificação, convém reproduzir a introdução de um de seus despachos, publicado no Brasil pela revista *Seleções do Reader's Digest*, o qual foi condensado do jornal *New York World Telegram*. O texto abaixo se refere à morte de um capitão norte-americano durante os combates na Itália.

No curso desta guerra já tive ocasião de conhecer vários oficiais que souberam conquistar o respeito e a estima dos homens confiados ao seu comando. Não conheci, porém, jamais, nenhum que fosse tão querido quanto o capitão Henry T. Waskow, de Belton, estado do Texas. O capitão Waskow era comandante de uma companhia na 36 Divisão do exército americano. Embora muito jovem - pois tinha apenas vinte e poucos anos - dava a impressão de sinceridade, e era tão ameno no trato, que os soldados sentiam prazer em obedecer-lhe as ordens (PYLE, Ernie. O adeus no campo de batalha. tomo V, n. 29, p. 33-34, jun. 1944).

Na continuação do texto, Pyle descreve a morte do capitão e a comoção que o episódio causou em seus comandados. Esse despacho exemplifica uma de suas principais preocupações, encontrada em vários de seus trabalhos, que é a de caracterizar um improvável ambiente de camaradagem entre os oficiais e os soldados. Para isso, com estilo exageradamente emotivo, elabora um conto que transmite, no seu fi-

nal, uma mensagem de esperança e de união para o povo norte-americano. E esta era a praxe da sua produção: relatar pequenas histórias ocorridas dentro da guerra maior, fazendo pouca ou nenhuma menção ao andamento das ações. Devido à abrangência da aliança contra o fascismo e o nazismo na maior parte dos países do mundo, era extremamente difícil, senão impossível, encontrar correspondentes de guerra que não se enquadrassem voluntariamente no esforço de guerra. Seja aqueles que eram jornalistas, muitas vezes com experiência em cobertura de outros conflitos, seja os que eram escritores e trabalhavam nesta função pela primeira vez, todos, de forma mais ou menos acentuada, sucumbiram ao trabalho da propaganda patriótica. É exemplar a trajetória do romancista John Steinbeck, autor de *Vinhas da Ira*, entre outros, ganhador do prêmio *Nobel* de literatura de 1962 e correspondente na Segunda Guerra. Usando seu brilhante estilo literário, também se caracterizou por produzir textos otimistas como os demais colegas, embora não tão exagerados. As passagens finais de seu despacho, condensado do jornal *New York Herald Tribune*, tratam da sua viagem de navio junto às tropas norte-americanas que rumavam à Inglaterra para posterior participação no desembarque na Normandia. Neste trecho, ele descreve a chegada ao destino:

Nesse momento, sucede coisa espantosa: surge no cais uma banda de músicos escoceses, com suas roupas e instrumentos tradicionais, executando brilhante marcha militar. Os sons vibrantes rasgam o ar. É a música mais militar, mais máscula do mundo. Quando os executantes se aproximam, os soldados rompem em aclamações entusiásticas. O metal daquela música tão clara entra-lhes no coração, e eles se sentem, não sei como, honrados. Do convés, já se vêem casas sem teto, casas queimadas, e as numerosas pilhas de ruínas e destroços, cicatrizes da tremenda

guerra aérea. E os soldados, carregando suas barracas, mochilas e fuzis, descem vagarosamente a íngreme escada, e o desembarcam num país novo (Navio de tropas. Seleções do Reader's Digest, tomo V, n. 29, p. 45-48, jun. 1944).

É interessante constatar que alguns correspondentes tenham feito, posteriormente ao término do conflito, exames de consciências sobre as suas atuações engajadas no esforço de guerra de seus países. No entanto, nem todos que o fizeram lamentaram terem trabalhado deste modo. Grande parte defendeu a legitimidade de suas atuações, porque se tratava, segundo eles, de uma guerra justa, ou seja, do bem contra o mal. Steinbeck, em 1958, admitiu, com nítida consciência pesada, a inserção dele e de todos os correspondentes no esforço de guerra. Em seu depoimento, ele admite que o principal artifício utilizado para contribuir com a propaganda de guerra não era a invenção de fatos, mas sim a omissão de tudo que era negativo. Segundo Paul Fussel:

As John Steinbeck finally confessed in 1958, "We Were all part of the war effort. We went along with it, and not only that, we abetted it [...] I don't mean that the correspondents were liars [...] It is in the things not mentioned that the untruth lies." By not mentioning a lot of things, a correspondent could give the audience at home the impression that there were no cowards in the service, no thieves and rapists and looters, no cruel or stupid commanders (1989, p.285-286).

Talvez a mais contundente auto-crítica sobre a atuação dos correspondentes tenha sido feita por Charles Lynch, canadense que atuou na cobertura do exército britânico. Trinta anos após o término da guerra, disse ele em entrevista:

É humilhante olhar para trás e ver o que escrevemos durante a guerra. Era tudo besteira - e não excluo os Ernie

Pyles nem os Alan Moorehads. Éramos um instrumento de propaganda de nossos governos. No começo, os censores foram os responsáveis por essa situação, mas depois fomos nossos próprios censores. Éramos louva-minhas. Suponho que não havia alternativa, na ocasião. Era a guerra total. Mas, pelo amor de Deus, não vamos glorificar nosso papel. Aquilo não era bom jornalismo. Não era absolutamente jornalismo" (KNIGHTLEY, 1978, p. 421).

A falta de alternativas mencionada por Lynch não se refere somente à rigidez da censura. Inserir-se no esforço de guerra era uma consequência natural da época, visto que os países componentes do Eixo praticavam propaganda sem subterfúgios. Na Alemanha, desde o início da década de 30, existiam órgãos governamentais com a função específica de elaborar propaganda do regime. Joseph Goebbels era o Ministro da Propaganda e defendia em seus discursos que a adesão da população ao nazismo não deveria ser feita somente através da coerção física, embora admitisse a sua importância. Para ele, as pessoas deveriam ser cooptadas ideologicamente através da propaganda, a qual, devido à sua relevância, deveria ser formulada com profundo rigor científico. Durante a guerra, os correspondentes alemães eram parte das tropas regulares, não havendo distinção entre eles e os demais soldados, pois também tinham a função de combater o inimigo, usando como armamento os seus despachos. Dessa forma, tendo em vista o perigo de a Europa ser dominada pelo nazismo, a partir do momento que Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética se engajaram definitivamente na guerra, a tendência natural para os meios de comunicação era integrarem-se voluntariamente à propaganda de seus países. Os próprios correspondentes se autocensuravam, hesitando antes de noticiar qualquer informação que pudesse prejudicar o esforço de guerra, receando

serem considerados traidores dentro de seus países. Os diretores e proprietários dos meios de comunicação tampouco consideravam descabida a censura, ao contrário, achavam que ela era inevitável em época de guerra. Com efeito, em fevereiro de 1945, ocorreu a visita de três representantes da Sociedade Norte-Americana de Redatores de jornais à Londres com o objetivo de discutir o livre fluxo de notícias entre os países no pós-guerra. Representantes de jornais ingleses declararam serem francamente favoráveis a essa liberdade de informações, mas somente depois de terminado o conflito mundial. Como foi noticiado no *Jornal do Commercio*, conforme nota da agência *Reuters*, “O presidente da Sociedade de Periódicos, Sr. W. T. Balley, declarou: ‘[...] Por motivo de guerra, e como questão puramente de segurança nacional, aceitamos a censura voluntária, mas aguardamos ansiosos o dia em que, terminada a guerra, poderemos reverter às condições de paz’” (Liberdade de imprensa. 23 fev. 1945). Como se vê nesse depoimento, os diretores de jornais eram da opinião de que a guerra justificava a censura e de que a adesão a ela deveria ser, por questão de patriotismo, voluntária. É interessante destacar um episódio que sintetiza exemplarmente a adesão dos correspondentes e dos meios de comunicação ocidentais em geral à censura voluntária: em sete de maio de 1945, os correspondentes que se encontravam junto ao alto-comando aliado na Europa obtiveram a informação da rendição alemã. Porém, eles foram obrigados a assumirem o compromisso de não divulgar a notícia até a noite do dia posterior, quando seria divulgado um comunicado oficial simultâneo em Paris, Londres, Moscou e Washington. Nesse ínterim, de forma surpreendente, o correspondente da *AP*, Edward Kennedy, quebrou o acordo e divulgou a notícia ainda no dia sete através de todos os órgãos assinantes da agência. Esse acontecimento talvez tenha sido o maior furo

de notícia da guerra. Por outro lado, as consequências foram desastrosas para Kennedy. Não obstante ter obtido fama mundial, foi suspenso pelas autoridades responsáveis pela censura. Ao chegar aos Estados Unidos, ele contava com a popularidade entre os leitores, mas, diante da pressão dos demais correspondentes e dos militares, a direção de sua agência não o apoiou e lhe exigiu ainda a divulgação de um pedido formal de desculpas. Como ele não consentiu, foi demitido (KNIGHTLEY, 1978, p. 420). Tal polêmica foi noticiada contemporaneamente nos jornais brasileiros. No jornal gaúcho *Correio do Povo*, por exemplo, foram publicadas notícias acerca da pressão dos demais correspondentes sobre o alto-comando aliado, objetivando a punição da *AP*:

[...] todos os demais correspondentes acreditados junto ao supremo comando das forças expedicionárias aliadas, compreendendo [...] num total de cinquenta e três, enviaram ao general Eisenhower uma carta expressando sua estranheza pelo fato de ter sido suspensa 24 horas depois, a proibição que havia sido imposta à *AP*, logo após o furo. Alega a carta que “é incompreensível qualquer argumento que se apresente para demonstrar que *Associated Press*, como organização, não foi responsável pela infração dos regulamentos do “supremo comando aliado” [...] Argumenta ainda o abaixo-assinado dos 53 correspondentes que todos os jornalistas que assistiram à conferência da rendição da Alemanha assumiram o compromisso de honra perante o brigadeiro-general Frank Allen, de que guardariam segredo a respeito” (Edward Kennedy, correspondente da *Associated Press*, antecedeu de quatro horas o comunicado oficial da Rendição Incondicional. 10 maio 1945).

Nessa mesma edição do jornal, foi publicada parte da defesa efetuada sob a forma de uma carta pelo próprio Edward Kennedy. Veja-se um trecho da reportagem:

A declaração de Edward Kennedy agora tomada pública, diz o seguinte: “Eu vi o representante do então existente governo alemão assinar o acordo da rendição incondicional. Fui informado pelo representante do Supremo Q. G. Aliado, encarregado do serviço de relações públicas, de que o supremo, não por medida de segurança militar, mas em razões de relações públicas, pretendia impedir o conhecimento público dessa notícia até ordem em contrário. Informei, então, ao encarregado das relações públicas do Supremo Q. G. Aliado que eu não aceitava este ponto de vista, uma vez que não se tratava de segurança militar, pelo que pretendia enviar a notícia. E enviei o despacho [...]” (10 maio 1945).

Analisando-se as motivações das discussões ocorridas no episódio, nota-se estar claramente explicitado o alto grau de inserção dos correspondentes no espírito de corpo militar. Como bem argumentou Kennedy, a questão nada tinha a ver com segurança militar, mas com uma decisão do serviço de relações públicas do alto-comando aliado ao objetivo de tornar solene e pomposo o momento de rendição alemã. Mesmo assim, os correspondentes, com exceção dele, aceitaram sem objetar a exigência. Estavam tão acentuadamente inseridos dentro da filosofia do esforço de guerra que não chegavam nem mais a avaliar as fundamentações das decisões da censura. Desde o início da guerra, haviam relegado a um segundo plano o princípio de, prioritariamente, bem informar o público leitor. Embora Kennedy tenha obtido o apoio de alguns órgãos de imprensa e de significativa parcela do público leitor nos Estados Unidos, o qual defendia o seu direito ao acesso às informações, os correspondentes presentes no teatro de operações, na sua grande maioria, posicionaram-se contra ele. Não estavam preparados para admitirem as suas falhas em noticiar a rendição, motivo pelo qual resolveram desviar o foco da questão

para discussões em torno da quebra de compromisso com o alto-comando militar. Em decorrência dessa franca adesão dos repórteres à instituição militar, alguns dos principais comandantes aliados, como o próprio general Eisenhower, declaravam abertamente que consideravam os correspondentes de guerra como parte do Estado-Maior. Não obstante a já mencionada condição de alocados “junto às forças armadas”, eles, durante o decorrer da guerra, passaram a ser considerados informalmente como parte efetiva das forças militares. Para comprovar essa situação, tem-se o acontecimento de que, até certo momento da guerra, em várias ocasiões, foram propostas condecorações para alguns dos repórteres pelas mais diferentes ações no campo de batalhas, as quais eram negadas devido ao fato de eles, oficialmente, não fazerem parte das tropas. No entanto, essa relutância em condecorá-los foi aos poucos abandonada, fazendo com que vários correspondentes recebessem medalhas e outras distinções. Além das condecorações militares, alguns foram contemplados com outros tipos de honrarias. Como foi noticiado nos jornais brasileiros em 1945, segundo informe da *AP*: “Acaba de ser contemplado com o Prêmio Pulitzer, pelos serviços prestados aos Estados Unidos junto às tropas norte-americanas na Europa, Harold (Hall) Boyle, correspondente da *Associated Press*” (*Correio do Povo*, 8 maio 1945). Os serviços prestados aos Estados Unidos devem ser lidos como contribuições para a elevação do moral dos soldados e da população do país, ou seja, para o engajamento no esforço de guerra.

5 A visão da imprensa capitalista ocidental sobre a atuação da URSS

Outra característica importante sobre a cobertura jornalística da Segunda Guerra diz respeito ao tratamento dispensado pela imprensa ocidental ao andamento dos combates da Alemanha contra a União Soviética na frente de

guerra oriental. Já foi comentado sobre a política de mudança de tratamento dispensada pela imprensa ocidental à URSS, até então demonizada por ser comunista. Por outro lado, em uma análise do espaço dispensado pelos jornais ocidentais à frente soviética, verifica-se que esta sempre recebia um tratamento secundário em relação às outras frentes. Com efeito, nos jornais brasileiros, por exemplo, mesmo nos momentos cruciais do contra-ataque irreversível soviético em Stalingrado, a frente russa era noticiada, mas em nenhuma edição fazia parte das manchetes principais. Em uma avaliação mais ampla dos jornais, pode-se dizer que a impressão é de que a guerra foi decidida pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos. Nem mesmo quando as tropas soviéticas adentraram precursoramente em Berlim, vencendo o esforço concentrado dos demais países aliados para impedir que isto acontecesse, o fato recebeu espaço maior do que o noticiário acerca das tropas ocidentais. Mesmo que a imprensa ocidental estivesse significativamente representada na União Soviética e que muitos correspondentes fossem simpáticos ao regime político do país, como Ralph Parker do *The Times*, de Londres, e Alexander Werth, da BBC e do *Sunday Times*, os responsáveis pelas editorias dos órgãos de comunicação relegavam a um segundo plano as reportagens deste teatro de operações. De outra parte, a imprensa ocidental usou, frequentemente, textos de correspondentes soviéticos para noticiar esta frente, embora também não recebessem tratamento de destaque dentro das publicações. Esses correspondentes tinham um estilo muito peculiar, porque as autoridades soviéticas usavam o expediente de usar romancistas consagrados dentro do país para essa função, como, por exemplo, Ilya Ehrenburg, do *Estrela Vermelha*, que se caracterizava pela veemência dos seus despachos contra os alemães. Os seus textos seguiam a linha propagandística dos correspondentes ocidentais, mas diferenciavam-se destes pela linguagem

acentuadamente lírica e metafórica, fato decorrente da sua origem profissional. Veja-se o seguinte trecho de um texto do escritor Boris Voyetekhov sobre o cerco alemão a Sebastopol: “A faca dos fascistas ameaçava a garganta da infeliz cidade, enquanto nos céus se cruzavam os focos de centenas de projetores russos e alemães, como finas espadas de pratas num duelo dos ares” (Os últimos dias de Sebastopol. Seleções do Reader’s Digest, tomo IV, n. 22, p. 37-44, nov. 1943). Em decorrência da cobertura jornalística tendenciosa, a historiografia oficial ocidental e, conseqüentemente, o senso comum tradicionalmente têm considerado como fato decisivo da guerra a abertura de uma segunda frente de luta na Europa, relacionada à invasão aliada da Normandia. Oculta-se o fato de que a União Soviética havia, anteriormente, pressionado exaustivamente os demais países aliados nesse sentido, porque isso faria com que o exército alemão tivesse de se dividir, ocasionando uma diminuição da pressão na frente russa. No entanto, Estados Unidos e Grã-Bretanha não tinham interesse em facilitar as coisas para os soviéticos, ao contrário, objetivavam o maior desgaste possível destes. Somente no momento em que a situação prenunciava que a União Soviética não somente rechaçaria as tropas alemãs, mas conquistaria sozinha a Alemanha, foi aberta a tão discutida *segunda frente* na Europa. Com isso, confirma-se que a frente decisiva da guerra foi a soviética. Ela ocasionou o maior número de baixas para as tropas alemãs e também fez com que a União Soviética apresentasse o maior número de mortos durante a guerra. Além disso, fazendo-se uma análise militar, constatar-se-á que as principais forças alemãs combateram nesta zona. Mesmo após a invasão da Normandia pelos aliados, em 1944, no famoso *Dia D*, as tropas alemãs sempre estiveram em menor número e qualidade na Europa Ocidental do que na frente de guerra no Leste Europeu.

6 Considerações finais

Através do estudo da atuação dos correspondentes e da cobertura jornalística em geral da Segunda Guerra, percebe-se que a imprensa se constituiu como um ingrediente fundamental na mobilização de guerra de todos os países envolvidos. Além do confronto bélico propriamente dito, foi travada outra luta pela conquista das consciências de seus próprios povos. Nesta, a imprensa deveria ser direcionada para a efetivação de uma única e exclusiva tarefa: a de difundir propagandisticamente a versão oficial de seus governos, preparada por especialistas na função. Não havia espaço para a divergência de pontos de vista, pois considerava-se que o contraditório poderia causar divisões que auxiliariam o inimigo. Os correspondentes de guerra eram tão somente instrumentos a serem utilizados para a efetivação deste papel maior que estava reservado à imprensa, seja nos países em que eram considerados oficialmente como militares divulgadores da versão oficial de seus governos, como nos do Eixo e na União Soviética, seja onde eram representantes dos meios de comunicação civis, como nas demais nações aliadas. Nos diversos Estados envolvidos no conflito, com diferentes regimes políticos e formas de organização da imprensa, a atuação prática de seus veículos de comunicação mostrou-se muito semelhante. Mesmo nas democracias liberais – Estados Unidos e Grã-Bretanha – as quais contavam em suas constituições com a garantia de liberdade de imprensa, o cerceamento ao trabalho dos correspondentes e da imprensa em geral foi total. Por outro lado, na prática, esta situação não proporcionou nenhum confronto significativo entre os responsáveis pela censura e os jornalistas. Isto porque estes entendiam que deveriam contribuir com suas pátrias, efetuando o papel que lhes foi destinado. Dessa forma, nos países aliados, mais importante do que o cerceamento oficial foi a censura voluntária adotada pelos profissionais de imprensa.

Referências

1. BONALUME NETO, R. **A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
2. **DIRETRIZES**. Rio de Janeiro, 1943-1945.
3. FERRO, M. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1992.
4. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 14 de março de 1999.
5. FUSSEL, P. **Wartime: understanding and behavior in the Second World War**. New York: Oxford University Press, 1989.
6. HALLAWELL, F. (org.). **Scatolettas da Itália**. Londres: British Broadcasting Corporation, 1946.
7. KNIGHTLEY, P. **A primeira vítima**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
8. **JORNAL DO COMMERCIO**. Rio de Janeiro, 1944-1945.
9. **SELEÇÕES DO READER'S DIGEST**. Pleasantville (Estados Unidos), 1942-1945.
10. SILVEIRA, J.; MORAES NETO, G. **Hitler/Stalin: o pacto maldito**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
11. STEINBECK, J. **Correspondente de guerra**. Oeiras (Portugal): Livros do Brasil, 1984.